MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO DE 2026 DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DO ESTADO DO PARANÁ

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 09:00 horas, foi realizada a reunião ordinária do Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres do Estado do Paraná, em formato híbrido, presencialmente no Palácio das Araucárias em Curitiba e, online por meio do link: https://meet.google.com/vxn-tqsq-msm. Estavam presentes os seguintes integrantes e convidados: Mariana de Sousa Machado Neris (Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa- Semipi); Carla Aguiar (Chefe da Coordenação de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres- Semipi); Gabrielle Viana Collatusso (Semipi); Hayanne Ivanovitch (Semipi); Fernanda Marchione (Semipi); Joyce Gomes (Semipi); Larissa Sayuri (Semipi); Leonardo Pelegrin (Semipi); Jardel Seabra (Semipi); Maria Izabel Pereira Corrêa(CEDM); Rosangêla Pereira (Semipi); Luara Caron (Semipi); Dra. Thaís de Paula Scheer (TJPR/CEVID); Tatiely Camille dos Santos (CEVID/TJPR); Josilene Knabben (CEVID/TJPR); Dra. Ana Carolina Pinto Franceschi (MPPR); Stephanie Giovana da Rocha (SETI); Ingrid Machado do Nascimento (SEJU); Mirela Murbak (SEJU);Thais Modesto((ALEP/ Procuradoria da Mulher); Cíntia Batista (ALEP/Procuradoria da Mulher); Major Carolina Pauletto Ferraz Zancan (SESP); Dra. Luciana Novais (SESP/ PCPR); Carolina Dias (SESP/PolíciaCientífica);Dra. Natália Marcondes (DPE-PR/NUDEM/CEDEM); kelly Helena Correia Klein (SESA); Stephanie Aniz Ogliari Candal (OAB/PR); Aline Betenheuser (Prefeitura de Curitiba); Scheila Mello (Prefeitura de Foz do Iguaçu);Agda Zorzan (MPPR); Deise Mara Berno (Semipi); Mariane Padilha (Semipi); Natália Fuentes (Semipi); Natália Kochinski (Semipi). Iniciando os trabalhos, Mariana Neris (Semipi) abriu a reunião dando as boas-vindas às pessoas presentes, com especial saudação aos novos membros e à equipe psicossocial do Tribunal de Justiça, bem como à Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa e às gestoras municipais. Em ato contínuo, a memória da reunião ordinária do mês de abril de 2026 e a pauta do dia foram aprovadas sem objeções pelo pleno. Na sequência Gabrielle Collatusso (Semipi) apresentou os informes da Secretaria Executiva, relatando a alteração da representação de alguns órgãos, a exemplo da SETI, que passou a ter a Sra. Stephanie Giovana da Rocha como suplente e integrante da Câmara Técnica de Ações de Prevenção, Formação e Qualificação da Rede e da SEJU, que substituiu suas representantes por Mirela Murbak e Ingrid Machado do Nascimento. Foi informado, ainda, que Gabrielle Collatusso assumiu formalmente a Secretaria Executiva do Comitê, enquanto Mariana Neris assumiu a Coordenação. Avançando para os informes das Câmaras Técnicas, Hayanne Ivanovitch detalhou os trabalhos da Câmara Técnica sobre Mulheres Indígenas em Situação de Violência, informando que as discussões resultaram na formulação de diretrizes intersetoriais de atendimento e na criação de um material resumido ("trifolder"), os quais já foram encaminhados para diagramação. Maria Izabel (CEDM) ressaltou a importância de disponibilizar materiais físicos para o trabalho nos territórios. Mariana Neris sugeriu que os documentos fossem disponibilizados em um ambiente virtual (*drive*) por 10 dias para revisão final

dos membros do Comitê antes do envio ao Conselho Estadual para deliberação normativa. A Major Carolina Zancan pontuou que há dificuldades operacionais na prática, especialmente com lideranças indígenas que resistem a intervenções externas e que, muitas vezes, mitigam os direitos das mulheres baseando-se em interpretações culturais. Como solução para essas barreiras linguísticas e culturais, Hayanne informou que a Semipi deu início à contratação de uma intérprete Kaingang para traduzir vídeos educativos produzidos pela Universidade Federal do Paraná, visando facilitar as formações com as lideranças. Gabrielle Collatusso apresentou o relato da Câmara Técnica de Masculinidades e Diálogos para a Paz. Informou que o grupo realizou mapeamento das iniciativas nas universidades estaduais sobre prevenção e equidade de gênero, debateu o protocolo de perspectiva de gênero da OAB e discutiu experiências de diálogos com homens em espaços religiosos. Ressaltou ainda o compartilhamento da experiência do município de Estrela (RS) no seminário do Instituto Promundo, decidindo-se por convidá-los para expor sua metodologia de trabalho de saúde mental com homens em cenários pós-desastres. A pauta foi temporariamente alterada para debater a implantação da Casa da Mulher Brasileira em Foz do Iguaçu. Mariana Neris relatou as articulações prévias junto ao Ministério das Mulheres e informou sobre o cronograma de visitas aos chefes institucionais em Curitiba e em Foz do Iguaçu, com vistas a alinhar a governança de serviços face à complexidade migratória e territorial da fronteira tríplice. A Secretária Municipal Scheila Mello (Prefeitura de Foz do Iguaçu) destacou o desafio de prestar assistência às mulheres de 87 etnias no município, além das cidadãs paraguaias e brasileiras transfronteiriças, confirmando o alinhamento local e a integração com o Conselho Municipal. Carolina Dias (SESP) reivindicou apoio político para que a Polícia Científica seja instalada fisicamente dentro da Casa da Mulher Brasileira em Foz, a exemplo do pioneirismo exitoso em Curitiba (que aumentou o atendimento pericial em 14% nos primeiros seis meses). A Dra. Luciana Novais (SESP) pontuou ressalvas técnicas quanto ao espaço físico da atual Delegacia da Mulher comparado ao projeto da nova Casa da Mulher Brasileira, confirmando que a pauta será levada à Secretaria Nacional. Scheila Mello garantiu que já solicitou adaptações aos engenheiros da Itaipu para abrigar a Polícia Científica em duas salas na futura instalação. Retomando os informes, Joyce Gomes discorreu sobre a Câmara Técnica de Planos, Regulamentos e Protocolos, anunciando que o grupo está desenvolvendo um fluxograma de manejo para atendimento a mulheres em situação de violência, com foco especial nos municípios de pequeno porte que não dispõem de rede especializada. Larissa Sayuri argumentou que 70% dos municípios paranaenses têm menos de 20 mil habitantes, sendo imperioso estabelecer diretrizes mínimas de proteção e acolhimento para esses locais. Carolina Dias exemplificou a urgência desse protocolo citando um caso recente em Bocaiúva do Sul, em que uma vítima de violência sexual sofreu demora e peregrinação institucional por pura desarticulação e desconhecimento da rede. Aline Betenheuser (Prefeitura de Curitiba) disponibilizou o protocolo de Curitiba, recentemente premiado pela ONU Mulheres, para servir de base às elaborações. Pela Câmara Técnica de Ações de Prevenção, Formação e Qualificação da Rede, Fernanda Marquioni relatou o recuo na proposta de fusão com a Câmara de Protocolos, optando pela atuação

complementar. O grupo deliberou pela criação de um formulário estruturado de escuta aos profissionais da ponta, a fim de levantar as reais necessidades formativas antes de propor cursos ou bibliotecas digitais fechadas. O colegiado debateu amplamente a pauta levantada por Carolina Dias sobre a rotineira devolução judicial de armas de fogo para autores de violência doméstica que possuem medidas protetivas ativas. A Major Carolina Zancan apontou que o Estatuto do Desarmamento prevê requisitos estritos, os quais o agressor com histórico criminal e protetivo não atende, devendo a propriedade ser questionada. A Dra. Thaís Scheer (TJPR) e a Dra. Ana Carolina Franceschi (MPPR) esclareceram enfaticamente que a devolução segue rigorosamente o Código de Processo Penal e que não cabe à CEVID ou ao Comitê expedir notas técnicas interferindo na independência jurisdicional e funcional de juízes e promotores. Mariana Neris concluiu que, por esbarrar em limitação de competência legislativa federal, a solução demanda uma via extraordinária, como a apresentação de minuta para um Projeto de Lei Federal, solicitando que a Câmara direcione o foco ao mapeamento de processos formativos e educativos da rede. Em seguida, a Dra. Natália Marcondes (DPE-PR) procedeu à apresentação detalhada e prestação de contas do Programa Ampara, que completou um ano de funcionamento. A Defensora delineou a linha do tempo da instituição, apontando o desafio de interiorização devido ao quadro restrito de aproximadamente 170 defensores para os 399 municípios. Explicou que o Ampara foi desenhado como ferramenta estratégica complementar — e não de emergência — atuando subsidiariamente de forma remota. Ressaltou os diferenciais do programa: operação integralmente por plataforma digital (Portal e App Luna), isenção de triagem socioeconômica, garantia de sigilo absoluto dos dados no sistema interno, e atendimento prestado exclusivamente por uma equipe multidisciplinar formada por mulheres (jurídica, psicológica e assistência social) para evitar a revitimização. Para combater a exclusão digital, a equipe realiza plantões itinerantes (já alcançando 92 municípios), promovendo treinamentos com equipes do CRAS, CREAS e PM para auxiliar as vítimas no acesso ao portal. A plataforma ainda conta com a ferramenta "Descomplica.def", que traduz os despachos judiciais para linguagem simples e acessível, além de oferecer atendimento remoto com intérpretes de Libras. Apresentando o balanço de março de 2025 a maio de 2026, a Dra. Natália detalhou os dados do atendimento jurídico: foram 1.548 atendimentos no total, sendo ajuizadas 233 medidas protetivas iniciais e realizadas 369 habilitações em medidas em andamento, além dos retornos e readequações. Nas demandas de Direito de Família (conexas à violência), somaram-se 218 atendimentos (26 iniciais e 5 habilitações); na execução de multas e reparações cíveis contra os agressores, registraram-se 133 atendimentos (47 iniciais e 20 habilitações). Em relação à equipe multidisciplinar, os números foram destacados por sua magnitude: 1.748 atendimentos psicossociais individuais e 692 encaminhamentos extrajudiciais para a rede municipal (saúde, creches, assistência), além de 449 documentos técnicos produzidos (laudos e pareceres). A Defensora explicou que todos os pedidos de desistência de medida passam obrigatoriamente pelas psicólogas e assistentes sociais, as quais, na maioria das vezes, revertem o quadro ao orientar as mulheres de que o contato para tratar de filhos pode ser feito por intermédio de terceiros, mantendo-se a proteção. Por fim,

mencionou o sucesso da campanha "A Regra e o Respeito", em parceria com o Coritiba FC, que alavancou a divulgação, e ressaltou que o núcleo também capitaneia o Observatório de Violência contra Mulheres Indígenas e o Observatório de Violência Obstétrica — trazendo o dado alarmante de que 45% das gestantes do SUS relatam abusos no estado. A Major Carolina Zancan parabenizou o programa, declarando que o Ampara é sinônimo de "alívio" para o cotidiano operacional da Patrulha Maria da Penha. Avançando na pauta, Joyce Gomes e Kelly Klein propuseram a realização de uma reunião técnica descentralizada do Comitê no município de União da Vitória, prevista para o dia 19 de agosto, visando dialogar e estruturar os fluxos intersetoriais da 6ª Região de Saúde. Maria Izabel endossou a proposta devido às particularidades da região transfronteiriça com Porto União (SC). Mariana Neris reforçou que a ação ostenta caráter exclusivamente técnico e deverá seguir todas as vedações do período eleitoral, recebendo aprovação unânime do colegiado. Em ato contínuo, Larissa Sayuri apresentou de forma detalhada o balanço e a atualização do Programa Recomeço. Destacou que o programa, agora instituído por lei estadual, garante segurança jurídica contínua e assenta-se em três pilares principais: Auxílio Social Mulher Paranaense, Espaços de Acolhimento Institucional e o Projeto Amiga Acolhedora. Sobre o **Auxílio Social Mulher Paranaense**, informou que o projeto encontra-se em fase piloto, com a adesão de 16 municípios paranaenses que já dispõem de Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) — de um total de 20 existentes. Explicou que o cronograma de expansão para mais de 50 municípios, planejado para o pós-pleito eleitoral, está contingenciado pelo atraso crítico na entrega de um sistema informatizado próprio pela empresa contratada. Consequentemente, o processamento dos pedidos segue ocorrendo de forma manual e laboriosa via sistema de e-protocolo. A Sra. Larissa apresentou o panorama estatístico atual: o estado registra 234 benefícios ativos e 14 benefícios suspensos. As suspensões derivaram de requisitos legais estritos (5 suspensões pelo abandono de residência no Estado do Paraná e 9 suspensões por retorno ao convívio marital com o agressor). Houve um pico acentuado de solicitações nos meses de abril e maio. Na distribuição geográfica, municípios de grande porte como Londrina, Foz do Iguaçu, Araucária e Pinhais lideram os pedidos, embora cidades menores como Irati também figurem com volumes expressivos. Por outro lado, destacou que Apucarana (com apenas 8 beneficiárias) e Guarapuava (com 5 beneficiárias) apresentam números baixos devido à coexistência de auxílios moradia e sociais já ofertados na esfera municipal, e que a cidade de Loanda não registrou solicitações, o que se explica pela prática local de retirar imediatamente o agressor do lar. Sobre a **Ampliação da Rede de Espaços de Acolhimento**, atualizou o status das construções para as seis regiões contempladas, que assistirão 128 municípios: Pitanga é a mais avançada, com a primeira e a segunda medições já pagas e prazo de execução até 1º de dezembro de 2026; Irati já possui obra contratada e em execução, com prazo até 16 de junho de 2027; Laranjeiras do Sul encontra-se com 93% da documentação aprovada, restando licenças de supressão vegetal; Francisco Beltrão com 89% aprovado; e as cidades de Colombo e Toledo já contam com autorização para iniciar processo licitatório. Por fim, detalhou a concepção do **Projeto Piloto Amiga Acolhedora e Empregabilidade**, desenhado

para a cidade de Curitiba e pautado na metodologia do acolhimento familiar. A iniciativa firmou parceria com uma instituição por um período de dois anos para validar a captação, seleção e capacitação de mulheres da comunidade que servirão de "amigas acolhedoras", ofertando uma alternativa mais salubre frente à rigidez do acolhimento institucional para mulheres que precisam de extração imediata do risco. Mariana Neris arrematou o tema sublinhando a extrema complexidade do programa como um todo, posto que lida diariamente com a responsabilidade direta de gerir o risco iminente de morte e salvar ativamente mais de 200 vidas. Nos informes finais, Mariana Neris noticiou a realização das próximas etapas da Caravana Paraná Unido Pelas Mulheres nas cidades de Cianorte, Cascavel e Londrina, com foco estratégico em autonomia financeira, associativismo e cooperativismo como eixos de superação da violência. Gabrielle Collatusso reforçou o chamado institucional para a Caminhada do Meio-Dia, marcada para 22 de julho (Dia Estadual de Combate ao Feminicídio). Alertou que, dada a vigência do período eleitoral e as proibições legais de veiculação das marcas de governo, o sucesso da mobilização (como a adesão de 150 municípios, o toque uníssono dos sinos e o uso das roupas brancas) dependerá integralmente do engajamento capilarizado dos órgãos do Comitê para levar os canais de denúncia para dentro da casa dos paranaenses pela mídia. Para finalizar o encontro, Cíntia Batista (ALEP / Procuradoria da Mulher) trouxe à baila um entrave preocupante: as denúncias de violência política de gênero recebidas e encaminhadas pela Procuradoria ao Ministério Público local têm resultado em sucessivos arquivamentos. Segundo relatou, falta capacitação e perspectiva de gênero a diversos promotores e juízes nas comarcas do interior para identificar o novo tipo penal inserido no Código Eleitoral, o que desestimula as vereadoras e as converte em réus de processos por difamação manejados pelos próprios agressores. O tema foi colhido pela presidência e direcionado à Câmara de Planos e Protocolos para alinhamento formativo urgente junto à Promotoria Eleitoral. **ENCAMINHAMENTO** Disponibilizar a minuta das Diretrizes de Atendimento às Mulheres Indígenas em repositório virtual (*drive*) por 10 dias, para coleta de sugestões dos membros do Comitê, seguida de envio ao Conselho Estadual para deliberação normativa. Dar seguimento institucional e endosso político ao pleito da Secretaria de Segurança Pública de alocar instalações da Polícia Científica dentro da Casa da Mulher Brasileira em Foz do Iguaçu. Redirecionar a atuação da Câmara Técnica de Ações de Prevenção, Formação e Qualificação da Rede para o mapeamento e compilação dos cursos e ações educativas já existentes (como formação em violência política e vicária), ao invés da elaboração imediata de bibliotecas digitais. Articular agenda política no âmbito federal visando à formulação de proposta de Projeto de Lei para coibir, em nível nacional, a restituição de armas de fogo a acusados de violência doméstica. Organizar as providências logísticas e convocações para a realização de Reunião Técnica Descentralizada do Comitê, a ocorrer em União da Vitória na data estipulada de 19 de agosto. Pautar a temática da Violência Política de Gênero nas reuniões da Câmara Técnica de Planos, Regulamentos e Protocolos, a fim de estruturar fluxos alinhados com o Ministério Público para amparo das mulheres parlamentares. Incluir e destacar a pauta sobre Violência Obstétrica (incluindo os achados de 45% de abusos no SUS, reportados pela DPE-PR) como

tema central da próxima reunião ordinária do Pleno do Comitê. **ENCERRAMENTO** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, agradecendo a todas(os). Esta memória foi degravada a partir da transcrição da reunião e redigida por Nádia de Oliveira, Assessora Técnica da Assessoria de Apoio aos Colegiados da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres, e será encaminhada aos membros do Comitê para validação.